

Ética e estética

O professor de filosofia, Alexandre Marques de Jesus coordenou com seus alunos do terceiro ano do ensino médio, da EEB Professor João Rocha, projeto de estudos e prático sobre ética, política e estética.

Os estudantes prepararam e executaram projetos de prevenção à saúde, consciência ambiental e transformação do ambiente escolar para os colegas do ensino fundamental e médio.

Páginas 4 e 5

Com a ajuda dos pais, o espaço modificado em 2015 pelo projeto, foi transformando num belo jardim de leitura.

SUICÍDIO: Debater, conhecer para prevenir

A notícia de que algum conhecido ou familiar deu cabo à própria vida suscita, nos familiares e amigos mais próximos, um misto de sentimento de culpa e incapacidade.

Este ano, com o aumento contínuos de 'jogos suicidas' à disposição e com

muitos adeptos entre crianças e adolescentes nas redes sociais, o setembro amarelo, mês dedicado mundialmente à prevenção do suicídio, provocou a discussão sobre a responsabilidade da escola e da família em prevenir o suicídio, especialmente, de crianças e adolescentes.



Leia mais nas páginas internas

POR: ADELMO CANDIDO JÁ TIVE UM PROFESSOR...



Fonte: <http://felipejcampos.blogspot.com/2010/02/ja-tive-um-professor.html>

PESQUISADOR

Acesse o portal do Jornal da Educação e saiba como ter seus artigos científicos e de opinião, resenhas, e relatos de experiência publicados na 2ª edição JE Caderno Científico - a revista científica digital da educação de SC.

www.jornaldaeducacao.inf.br/
jecadernocientifico.html



Escola com doutrinação de que partido?

Os professores estão no centro das discussões no Brasil. Desde o momento em que o candidato do PT mudou sua estratégia de marketing, colocando-se como um candidato professor que seria a alternativa a um candidato militar fascista, a radicalização da eleição para presidente foi para o pátio da escola.

Talvez o desentendimento entre os brasileiros em relação ao pleito, tenha ido para este palco exatamente por estarmos no mês em que é comemorado o Dia do Professor. Especialmente porque os professores tem uma única certeza: a escola não está do lado do 'seu partido'.

Pouco se discutiu sobre o futuro do ensino no Brasil e muito se discutiu sobre o profissional da educação. Na visão de ambos os lados, é como se os professores, especialmente os da educação básica, fossem a mão de obra 'especializada em doutrinação', sem pensamento próprio e a serviço de duas correntes filosóficas nada democráticas.

É como se fossem meros formadores de opinião, mas sem ter a própria visão de mundo. Na visão dos "cabos eleitorais", os professores não são seres pensantes com capacidade de implementar na sua ação diária de ensinar, atitudes e pensamentos individuais.

Para ambos, os professores são os 'pau mandado' de governantes sacrosantos.

O desrespeito aos professores veio de ambos os lados. Aliás, este é o resultado de um movimento organizado de anos e anos de uma formação ineficiente e excludente de pensamentos pedagógicos de determinadas linhas filosóficas e pensamento não compartilhados pelos

professores universitários, especialmente os de universidades públicas, a maioria deles alinhados ao pensamento socialista e anticapitalista.

Ao longo de quatro ou cinco anos de formação, os atuais professores foram



sendo 'doutrinados' a irem para as salas de aula e reproduzirem ideologias que, muitas vezes, sequer estudaram a fundo, durante o curso universitário.

Os brasileiros assistiram uma pseudo esquerda lutando para não perder o poder, que plantado sob os alicerces de uma máquina governamental aparelhada, terá de ser desenraizada pelo novo governo. Ao mesmo tempo, a pseudo direita, cansada de assistir 'de camarote' o crescimento da intervenção do Estado em seus negócios e vida, lançou pela primeira vez na história brasileira, um movimento popular pelas redes sociais.

De um lado, os esquerdistas preocupados com o fim do campo de replicação do pensamento marxista da relação trabalho x capital, cujas ideias e ideais estão entranhados nas linhas e entre-

linhas dos livros didático, do conteúdo curricular e da própria visão de mundo dos professores, a grande maioria formada à luz da Pedagogia do Oprimido, desconsiderando a possibilidade de metodologias de ensino ou mesmo de libertação pelo ensino.

A quase totalidade dos livros didáticos e referenciais pedagógicos produzidos e utilizados nas últimas cinco décadas no Brasil trazem o pensamento socialista como essência e a meritocracia como um quase crime, apesar de vivermos em uma sociedade capitalista.

De outro, o pensamento libertário dos capitalistas (todos somos), especialmente os empreendedores, cansados de serem hostilizados pela simples possibilidade de auferirem lucro com a força do próprio trabalho e a que emprega, para multiplicar seu capital.

Mas esta discussão ficou em segundo plano. O que estava em jogo, na frente dos holofotes, não era a escola sem partido, o que foi "jogado no ventilador" foi a falta de respeito aos professores em todas as nuances que o desrespeito pode vir.

Acusados de doutrinadores por uns e responsabilizados pela baixa qualidade de ensino por outros, os profissionais da educação básica brasileira foram transformados na salsicha (azedada) do cachorro quente da educação.

Todos ficaram empurrando com o dedo em riste para que não saísse do meio do 'pão', mas guardada até o final da refeição, pois é a salsicha que dá o sabor ao cachorro quente.

Mas, no meio do caminho havia o

Dia do Professor e foi publicada uma pesquisa que aponta que a qualificação e a escuta são, para os docentes, as medidas mais eficazes para que haja maior valorização da profissão pela sociedade.

Na mesma pesquisa, os próprios professores apontam a necessidade da formação continuada (69%) já que os cursos de licenciatura não formam adequadamente para os primeiros anos de profissão. Aliás, poucos cursos de todas as faculdades brasileiras formam para os primeiros anos da profissão.

Os docentes também não são escutados para a formulação de políticas educacionais e este talvez seja o ponto que mais influencie na formulação do marketing político eleitoral.

Se tratados como meros repassadores de conteúdos impostos por este ou aquele governante até mesmo pelos marketeiros, imagine como será o tratamento tido como adequado pelos políticos eleitos para governar.

O processo eleitoral deste ano deixou a mostra também que mais do que restaurar a autoridade do professor em sala de aula perante seus alunos e familiares, é preciso restaurar o respeito ao professor na sociedade.

E, principalmente, entre os cinco poderes da república brasileira: o eleitor, o legislativo, o judiciário, o executivo e a imprensa (formal e informal).

OPINIÃO DO LEITOR

Por Avany Maia*

O suicídio nosso de cada dia

No mês de setembro, as atenções se voltam para ações visando a Prevenção do Suicídio. Questão que nos remete a várias reflexões.

É sabido que, diante da escassez de água que põe em risco a vida, uma planta pode perder suas folhas e mudar sua dinâmica para economizar a energia vital.

A natural pulsão pela sobrevivência é comum a plantas, animais e homens. Talvez por isso o matar seja mais facilmente banalizado do que o morrer por escolha própria. Mas se assim o é até para as plantas, o que faz o ser humano, o mais capacitado dos seres, desistir da Vida, antes que a apoptose -a morte programada- lhe chegue naturalmente?

Quando chega aos nossos ouvidos a notícia de que alguém deu cabo à própria vida, o impacto imediato fica ressoando vários dias. E a pergunta é: mas por que?

É quem se vai pode deixar atrás de si um rastro de infelicidade para quem fica. O sentimento de alguma culpa pode levar familiares (principalmente nas relações entre pais e filhos), a nunca mais se sentirem no direito a viverem plenamente. Ano após ano, nas comemorações familiares, aquela dor é revivida.

As dúvidas acerca do Por Que talvez não fossem respondidas, nem mesmo por quem se foi, pois sabe-se de casos cuja tentativa não obteve êxito, e o sobrevivente apenas lembra de ter ouvido vozes que o incitaram a cometer o ato. E é também comum a tendência a voltar a repetir a tentativa.

Podemos aqui refletir que o Suicídio Ativo, com a ação concreta, que sempre causa impacto, é certamente antecedido por um período de Suicídio Passivo, no qual a pessoa não se dá conta, e muitas vezes não busca uma solução.

Como uma rã colocada na água

fria que vai esquentando lentamente, permanece passiva e assim morre, a maioria de nós também esteja se suicidando aos poucos, silenciosamente.

A sensação de não pertencimento numa sociedade onde se estimula o consumo para que o ter possa substituir o ser. É uma relação amorosa insatisfatória, contando-se os anos até as bodas do faz de conta, onde se reúne a família sorrindo para a foto. O emprego sem nenhuma motivação, que não o receber o parco salário para pagar as contas. Sem criatividade, mera peça de engrenagem.

São os sonhos não realizados, ou a total falta deles que nos fazem Durar, ao invés de Viver.

Aqui fica, então, uma pergunta a ser feita a cada dia: estou Passivamente me suicidando?

Avany Maia é médica especialista em Cirurgia Oncológica e Cuidados Paliativos. Pós-graduada em psicoterapia analítica (Junguiana).

EXPEDIENTE

Ano XXXII - Nº 315 - Outubro 2018
Rua Padre Kolb, 99 Bl 12/104
89202-350 Joinville - SC
Fone: (47) 3433 6120 e 984150630

Endereço Eletrônico:
www.jornaldaeducacao.inf.br
jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

Jornalista Responsável:
Maria Goreti Gomes DRT/SC
ISSN 2237-2164
Reg. Especial de Título nº 0177593
Impressão: AN
Tiragem desta edição: 4000

Distribuição dirigida a assinantes, anunciantes e estabelecimentos de ensino dos municípios das regiões educacionais de Joinville e São Bento do Sul.

Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores

Lei antibullying: omissão dos gestores públicos e processos judiciais

Por Lélío Braga Calhau

Não é novidade no Brasil que diretores de escolas particulares e secretários municipais e estaduais de educação, em muitos casos, não gostam, por motivos óbvios, de divulgar ocorrências de casos envolvendo violência escolar, como **bullying**, indisciplinas, incivildades, etc. Eles acreditam que a divulgação desses dados acaba gerando uma imagem negativa para o seu trabalho.

Todavia, com o advento da Lei Federal 13.185/15, a Lei **Antibullying**, criou-se uma obrigação específica para os agentes públicos gestores da educação (secretários estaduais e municipais), que determinou em seu artigo 6º, que serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (bullying) nos estados e municípios para planejamento das ações. Até o presente momento, você e eu devemos estar nos perguntando: onde estão esses resultados? A Lei Federal descumprida é de 2015. Já se passaram três anos e o silêncio ainda impera.

A obrigação da transparência na condução das políticas públicas de combate à violência na educação é o grande propósito desses relatórios antibullying e é obrigação tanto das escolas públicas quanto particulares. A Lei alterou a LDB (Lei de Diretrizes de Base e Educação) e determinou que todas as escolas, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, estabelecendo ações destinadas a promover a cultura de paz.

Passados três anos da sanção da “Lei Antibullying”, desconhece-se o cumprimento efetivo das obrigações determinadas da produção de relatórios bimestrais por parte dos secretários de educação, tanto municipais como estaduais em todo o Brasil. Provavelmente, alguns apresentarão relatórios apontando nenhuma ocorrência, e caso isso apareça, dependendo do tamanho do universo de alunos envolvidos, é o caso de se olhar com mais atenção. Inclusive, pode haver eventual responsabilidade de agente público tentando “maquiar” a realidade escolar sob sua direção para fins, não de interesse do povo, mas da administração local, com o objetivo de evitar desgastes de imagem com os pais dos alunos e a sociedade civil.

Segundo relatório da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, de janeiro de 2017, milhões de meninas e meninos sofrem violência relacionada ao ambiente escolar todo ano. Cerca de 34% dos estudantes entre 11

e 13 anos de idade relataram terem sofrido **bullying** no mês anterior, de acordo com dados de 19 países de baixa e média renda analisados pelo estudo “School Violence and **Bullying**: Global Status Report” (Violência Escolar e Bullying: Relatório da Situação Global, em tradução livre).

Ainda no mesmo documento, a UNESCO informou que o Relatório da Situação Global destaca que a violência escolar é impulsionada por dinâmicas de poder desiguais, que muitas vezes são reforçadas por normas e estereótipos de gênero, orientação sexual e demais fatores que contribuem para a marginalização, como pobreza, identidade étnica ou idioma. Em uma pesquisa de opinião sobre experiência com bullying, realizada em 2016 e respondida por 100 mil jovens de 18 países, 25% relataram que sofreram bullying em decorrência de sua aparência física, 25% em decorrência de seu gênero ou orientação sexual e 25% em decorrência de sua origem étnica ou nacionalidade.

O surgimento de relatórios antibullying com nenhuma ocorrência, realizados às pressas, ou com documentações pífias, sem credibilidade e dotadas de nenhum apoio no mundo real (pesquisas, questionários etc.), a meu ver, pode configurar fraude contra as leis antibullying e improbidade administrativa. O assunto é extremamente sério, urgente e deve ser objeto de atenção imediata por parte dos envolvidos.

O descumprimento da obrigação específica do artigo 6º da Lei Antibullying, que determina a produção efetiva de relatórios, baseados em metodologias que possam ser comprovadas e conferidas posteriormente - inclusive pelo Poder Judiciário caso o fato seja levado aos tribunais - traz prejuízos para milhões de estudantes por todo o país.

Enfim, a ausência desses relatórios efetivos dificulta o gestor público adotar medidas concretas e bem direcionadas para reduzir a violência no meio escolar. Além disso, esse desrespeito pode caracterizar dolo na omissão de se cumprir efetivamente as Leis Federais 13.185/15 e 13.663/18, além de descumprimento do princípio da legalidade, previsto na Lei Federal 8.429/92 (Improbidade Administrativa), sujeitando esses agentes públicos a processos judiciais, já que trazem obrigações específicas para os secretários municipais e estaduais de educação.

Lélío Braga Calhau é Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Graduado em Psicologia pela UNIVALE, é Mestre em Direito do Estado e Cidadania pela UFG-RJ. É também autor do livro “Bullying: o que você precisa saber”.

PROFESSOR:
Seu trabalho resultou
em aprendizagem?

Mande sua sugestão de pauta:
jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

www.facebook.com/Jornal da Educação
www.jornaldaeducacao.inf.br



Horas para atividades extraclasse



A Lei 11.738/2008 estabelece que a composição da jornada de trabalho do professor deve limitar-se a 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos, ou seja, atividade didática realizada diretamente em sala de aula, reservando-se 1/3 para atividades extraclasse, destinada para estudos, planejamento e avaliação a fim de que o professor não utilize seu tempo de descanso para essas atividades.

Desta forma, deverá ser observado e reservado o período de 1/3 (ou 33%) do regime de trabalho profissional do magistério para atividade extraclasse, independentemente do tempo de duração de cada aula definida pela rede de ensino.

Ocorre que na prática diversas situações impossibilitam o efetivo exercício das horas atividades, pois cada escola organiza as horas atividades de acordo com as condições existentes. Sendo que, por vezes, essas horas sequer são realizadas, pois faltam profissionais para substituição dos professores em sala de aula ou ainda faltam espaços adequados com biblioteca e acesso à internet o que impossibilita o efetivo aprofundamento do professor.

Diversas ações já foram ajuizadas por sindicatos postulando necessidade de avanços na implementação da legisla-

ção que garante o 1/3 de hora atividade para o professor, inclusive recentemente, maio de 2018, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) determinando que o Estado deve cumprir 33% de hora-atividade na jornada de trabalho dos(as) professores(as) conforme determina a Lei, essa discussão judicial iniciou quando o governo estadual do Paraná arbitrariamente diminuiu em 2 aulas o tempo dedicado à preparação de aulas e correção de provas para professores e professores com jornada de 20 horas.

Igualmente também é habitual que os professores ajuizem ações trabalhistas individuais questionando a não observância do tempo de hora atividade e reque-rendo seu pagamento como horas excedentes, sendo que o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina já reconheceu o “direito a 1/3 da sua carga semanal como horas-atividade, em não havendo a observância pelo Município da sua concessão integral, o pagamento das horas songadas como excedentes conforme parâmetros fixados na legislação municipal” (RO 0002419-63.2013.5.12.0006 -3).

Independente da discussão judicial, certo é que a sobrecarga de trabalho prejudica docentes e estudantes, não há como pensar em qualidade para educação sem garantir ao educador momentos e espaços necessários à construção do conhecimento.

Yolanda Robert – Advogada especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Consultora em remuneração estratégica. Diretora Jurídica Da ABRH – Joinville (2016/2018), Secretária Adjunta da OAB - Subseção de Joinville (2016/2018). Professora e Facilitadora de cursos e treinamentos na área trabalhista. Administradora do escritório Robert Advocacia e Consultoria.

Projetos visam à transformação ética e estética de alunos e da escola

Os projetos são planejados e executados pelos alunos do terceiro ano do ensino médio e beneficiam os demais estudantes da escola a partir do 3º ano do ensino fundamental.

Joinville – O professor de filosofia, Alexandre Marques de Jesus desenvolve, desde 2015, com os alunos do 3º ano do ensino médio, projeto que transforma a vida dos alunos e a escola EEB Professor João Rocha, localizada no bairro Aventureiro.

As atividades do projeto Políticas Públicas Prevenção e Meio Ambiente são realizadas com as cinco turmas do terceiro ano do ensino médio, pouco mais de 125 alunos, dos três turnos, durante todo o ano letivo.



A estética interior tem reflexos no exterior

Com o objetivo de transformar a teoria em consciência estética do uso e desuso, tanto do espaço físico, quanto o do próprio corpo e existência, o professor levou os alunos a analisarem a própria realidade e, somente depois, a intervirem de modo ético e consciente para melhorar a própria existência e do ambiente em que vivem.

Assim, após constatarem o aumento do número de adolescentes grávidas e da quantidade de lixo, bem como observarem os menores subindo nas árvores no pátio da escola durante o recreio, os estudantes desenvolveram campanhas específicas para cada grupo alvo.

Dinâmicas, contação de histórias, instalação de lixeiras para coleta seletiva e atividades lúdicas motivaram os alunos do EF I na campanha sobre a preservação ambiental. Os pequenos foram incentivados a jogar o lixo no lixo, usar somente o necessário, a selecionar o lixo para descarte e ao plantio de plantas ornamentais.

As atividades com os maiores do EFII e EM foram pensadas a partir de questionários. Antes de levar os profissionais da saúde para as palestras, debates e conversas na escola, foram distribuídas urnas para perguntas

No primeiro semestre, foi estudada a teoria do conteúdo próprio da disciplina: a ética e a política, as práticas sociais e a estética (busca pelo belo, bom e correto para si, para o outro e para o meio).

No segundo semestre, os alunos de cada turma, reunidos em três equipes planejam e executam os projetos de intervenção social, envolvendo os alunos desde o 3º ano do ensino fundamental até o ensino médio.

Cada grupo desenvolve um projeto em uma das áreas: meio ambiente para os pequenos do ensino fundamental I; saúde, sexualidade e prevenção para o EF II e ensino médio; e intervenção no ambiente escolar.

“Espera-se que o projeto contribua para o amadurecimento consciente dos alunos concluintes do ensino básico, que deixarão sua colaboração à unidade escolar. E, acima de tudo, que se reconheçam como protagonistas de sua vida individual e social e os transformem em adultos atuantes em sua comunidade”, registrou o professor.

Abrimos essa janela de possibilidade, motivamos nossos alunos a serem propagadores de debates, círculo de palestras, ação social, motivação e automotivação afinal política e estética são questões humanas, num clamor de solidariedade, escuta e quebra de tabus, respeito ao seu corpo, ao corpo do outro e o ambiente e meio ambiente que este ocupa.



Os projetos são planejados e executados pelos alunos do 3º ano, do ensino médio e beneficiam os demais estudantes da escola a partir do 3º ano do ensino fundamental.



A campanha sobre preservação ambiental envolveu os pequenos do EF I. Atividades lúdicas ensinaram a reparação de materiais recicláveis.



Cada turma adotou uma árvore e fez canteiro, plantou flores e plantas ornamentais.



Os pequenos aprenderam também a plantar e cultivar plantas ornamentais.

individuais e anônimas, visando o preparo das respostas pelos profissionais convidados e evitar o constrangimento de perguntar em público.

Cartazes, painéis, dramatizações, peças teatrais, shows de talentos, pedagógico, rodas de conversas, distribuição de materiais informativos, preservativos e show de talentos sobre temas diversos provocaram

Cada turma adotou uma das árvores já existentes no pátio da escola. Foram feitos canteiros de flores e plantas ornamentais e instaladas cercas protetoras nos canteiros em torno das árvores.

Neste ano de 2018, além dos alunos desde o 3º ano do ensino fundamental até o ensino médio, os projetos foram levados à comunidade, por meio de planfletagem em pedagógico, apresentação teatral e outras atividades desenvolvidas diretamente pelos estudantes junto à sua comunidade.

Impacto imediato

Entre as atividades de impacto imediato, estão as que tornaram o recreio dos pequenos mais tranquilo. Contação de história, criação de canteiros em volta das árvores do pátio que foram adotadas pelas turmas do 3º ano do EM.

“Pedi para que a partir da consciência das realidades, desenvolvessem ações que ajudassem seus colegas, não somente a derrubar tabus, mas também a se conscientizarem dos cuidados necessários com o próprio corpo e saúde física, mental e social”, explicou Alexandre.

Assim, após observarem o aumento do número de adolescentes grávidas e com doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), os alunos

desenvolveram campanha sobre a necessidade de auto preservar-se e preservação da saúde.

Por meio do projeto foram proporcionados encontros entre os profissionais da saúde, professores, pais e alunos para o repasse de informações e orientações, para que os adolescentes decidam quando iniciar a vida sexual com saúde e responsabilidade.

“No conteúdo estudamos a estética como busca pelo que é bom e nos agrada. A preservação do belo, do que está à minha volta. E a entender que aquilo que me agrada interiormente, vai ter um retorno externo”, esclarece o professor.

“Por exemplo, pode namorar na adolescência? Se meus pais aceitarem, sim. Mas namorar vai além do prazer de dar e receber amor. Quando namora, aumenta minha responsabilidade comigo mesmo, com meu corpo, com minha saúde e a da pessoa que está comigo. Porque somos donos do próprio corpo, mas o dono precisa mantê-lo saudável tanto do ponto de vista ético, quanto estético, tanto individual quanto socialmente”.

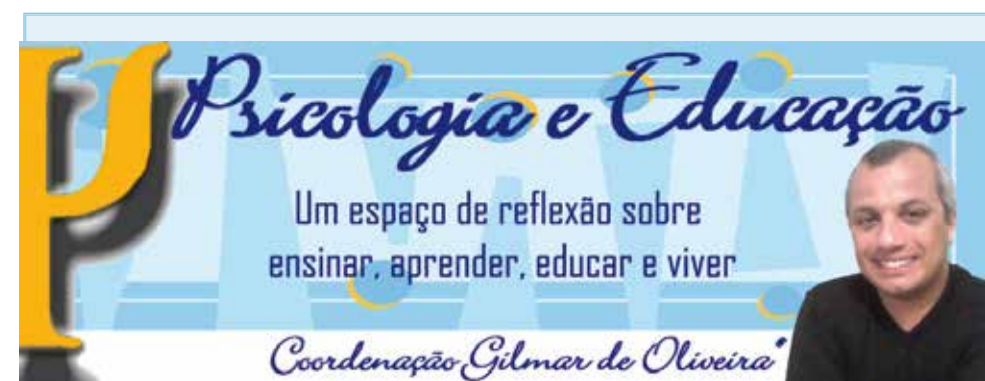
Deste modo, além de evitar uma gravidez não planejada, os adolescentes estão indo ao encontro da estética que busca o conceito daquilo que é agradável, bom e justo, motivando debates entre adolescentes deles com eles, deles com os pais e sempre orientados por profissionais.

O objetivo é que a filosofia corrobore com a conscientização social buscando a transformação social e um pensamento objetivo começando nas séries iniciais o respeito ao seu entorno, a responsabilidade com seu lixo e os benefícios de uma vida em paz com o meio ambiente.

Na adolescência, considerando todas as mudanças pelas quais o próprio corpo passa, o intuito é desenvolver a consciência de dialogar de modo seguro sobre suas vivências afetivas com seus pais, com profissionais da saúde e da educação. E assim, atingir uma maturidade responsável por si mesmo e pelas pessoas que o cercam, com vista a chegar à vida adulta com saúde e equilíbrio emocional e profissional.

O ambiente da escola vem sendo modificado desde 2015, ano em que foi realizado o primeiro projeto. Naquele ano, os alunos fizeram um jardim vertical num espaço até então não utilizado nos fundos da escola. Desde então, o espaço vem sendo transformado continuamente.

Com a participação dos pais o espaço foi sendo melhorado, o jardim vertical passou a ser apenas uma pequena ilha de beleza da praça de leitura e lazer usada principalmente pelos alunos e professores das séries iniciais.



SUICÍDIO: Debater, conhecer para prevenir(I)

O suicídio é a quarta maior causa de mortes entre jovens de até 30 anos. É crescente o número de casos de suicídio entre adolescentes, até mesmo antes dos 15 anos (mais raro em outras décadas). Nos consultórios, houve um aumento expressivo de adolescentes com ideações suicidas. Nas escolas, também os relatos dos educadores e psicólogos escolares é alarmante. A cada encontro, postagem em grupos de discussão ou em seminários de psicoterapeutas de adolescentes, mais e mais notícias.

O problema não é somente o suicídio ou tentativas; mas a ideação, o pensamento de que a morte vai trazer alívio às angústias. É o descrédito da vida, é a ausência de perspectivas de que podemos construir ou protagonizar um futuro melhor, desacreditar que podemos resolver nossos problemas. A ideação suicida traz consigo um reflexo de uma geração que não sabe o seu rumo, não vê saída para suas angústias, nem espaço para serem ouvidos, percebidos, aceitos e compreendidos.

Eu vejo que o suicídio é uma tragédia anunciada. O problema é que nós, adultos, não paramos para ouvir e perceber os detalhes. E, muitas coisas que dizem os mais jovens, são sutilezas, são palavras ou gestos que falam muito, mas com poucas palavras (ou nenhuma). Pior: com pouca ou nenhuma assistência, da escola, das famílias, do governo. Todos ocupados com demandas materiais.

Nas escolas públicas, em todos os estados, vemos uma onda de alunos cortando a pele dos braços com estiletes e lâminas. Cortar-se é um teste sobre os limites da dor física, refletindo a dor da alma. Muitas vezes é indicio de que estão reagindo a abusos físicos, psicológicos ou sexuais. E, sim, estes atos podem evoluir para tentativas de suicídio, se estes alunos não forem ouvidos, questionados, orientados e, sobretudo, amparados. É uma forma de chamada de atenção, de expressar angústias não ditas com palavras, nem escritas. Isso exige o preparo de saber ouvir, de entender e ajudar. Quem investe nisso?

Minha geração falava, desabafava, escrevia... até ensaiava uma fuga de casa. Mas reagiu! Esta geração se vê às voltas com maior vigilância e pressão, às vezes com muito conforto, onde até se distraem, se ocupam, mas em geral, com coisas fúteis. Mas a angústia não passa. Precisam ser percebidos, menos criticados, carecem de uma palavra que lhes deixem seguros. Alguém que fale de futuro, de modelos, exemplos

de vida. Nos anos 80 e 90, nos países mais ricos da Europa, o vazio e a falta de referência foi causa de milhares de casos de suicídio entre adolescentes e jovens. Ricos de bens materiais, mas sem o calor humano da palavra amiga, da companhia de seus pais, até mesmo dos limites e regras que norteiam a vida em sociedade. Agora, no Brasil e outros países em desenvolvimento, vemos a repetição do fenômeno. As ocupações do cotidiano agitado, excesso de trabalho, as pessoas sendo muito superficiais, sem um

pensamento mais aprofundado, sem a percepção do humano. Muita informação via internet, mas pouco dessa informação se transforma em conhecimento e menos ainda em sabedoria. Isso mata!

As escolas, sem receber o devido treinamento para a prevenção do suicídio, acabam por deixar escorrer vidas entre seus dedos, preocupadas que estão com os conteúdos para o ENEM, este evento satânico de exclusão, que sequestra o tempo das aulas e o conteúdo útil da mente dos mais jovens, que os pressionam, que os angustiam, como se a admissão para a universidade fosse solução para todos os males. Em vez de aprendermos a pensar, a refletir, a nos conhecermos enquanto humanos, as escolas enchem de fórmulas e decorebas, com 30 professores por ano lotando as caras apostilas de exercícios de assuntos sem sentido na vida real. Já nas públicas, sem professores ou sem a base, amputa-se o futuro de milhões de jovens, o que causa angústia, evasão das salas e abre espaço para drogas e marginalidade. A escola privada força, pois quanto mais aprovados, mais lucros; os pais pressionam, já que investem e querem seus “juninhos” e luzulinhos como médicos ou engenheiros. Assim, perdemos a chance de saber lidar com pessoas com sofrimento psíquico. Nessa panela de pressão, milhares de adolescentes se desesperam, se alienam e a maioria dos pais não percebe.

Ao pensarmos sobre problemas emocionais, é bom entendermos que o suicídio não tem como causa principal a depressão. A ansiedade e as crises de angústia (nem sempre associadas a estados depressivos) são males tão grandes quanto e provocam mais casos de suicídio que a depressão. A pessoa, para elaborar sua própria morte, precisa de muita energia psíquica, algo não abundante em depressivos. E estes esclarecimentos não devem se limitar ao universo de profissionais da saúde. O suicídio é um tema que as escolas e as famílias precisam debater, conhecer, pois isto é prevenção!

* Gilmar de Oliveira, psicólogo clínico e professor universitário; especialista em Neuropsicologia e Aprendizagem; Mestre em Educação e Cultura. E-mail: psicogilmar@gmail.com @psicogilmar facebook.com/psicogilmar



Coordenação: Professor Dr Leandro Villela de Azevedo

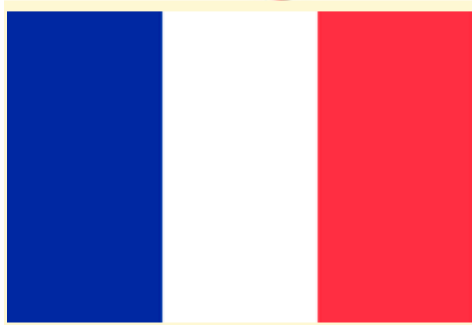
Nossa bandeira nunca será vermelha

O título deste artigo é uma frase que com muita força está em voga no Brasil talvez agora mais do que nunca. Em um momento onde um candidato se define “verde e amarelo” enquanto outro tem a cor das bandeiras de seu partido vermelho e branco mostram que uma polarização política pode ser baseada em uma “guerra de cores” veja que só o fato de ter ido para o segundo turno justamente os

Tunísia também são lotadas de vermelho, mas acompanhadas da lua do islamismo e acredito que também não sejam atribuídas a elas a alcunha de comunista por nenhuma alma sensata.

O fato é que o vermelho é uma das cores mais comuns em bandeira pelo mundo como podemos ver neste mapa(fotos). E você sabe por que?

Países que tem a cor vermelha em sua bandeira



Nos Estados Unidos o vermelho das listras simboliza o sangue derramado por aqueles que lutaram no processo de independência do país. Ou seja, nossa nação foi construída com o sangue dos que morreram para que fossemos livres e não aceitaremos esquecer deles.

Nas bandeiras,intercalavam o vermelho e o branco para saber que a nação mistura a paz que agora se pode ter por conta do sangue daqueles que morreram pela liberdade.

A França tem uma história muito parecida. A bandeira da monarquia francesa era azul com lírios brancos, já a bandeira de Paris era branca. O vermelho veio por conta da Revolução Francesa, que derrubou a monarquia e estabeleceu um governo republicano. Surgiu, assim, a bandeira atual do país.

No caso da Inglaterra (e Reino Unido) a origem do vermelho também é o sangue, nesse caso o sangue de Cristo. O vermelho da bandeira vem da cruz vermelha dos cruzados. A Inglaterra teve papel fundamental nas cruzadas (a partir da segunda) com ícones como Ricardo Coração de Leão, desta forma o adotaram na bandeira.

Talvez a primeira bandeira vermelha da antiguidade que tenha ganhado destaque seja a bandeira do Império Romano, que certamente também não possui nenhuma relação com o socialismo.

Professor Leandro Villela é mestre e doutor em História Social pela USP e professor da rede particular de ensino em São Paulo. É autor de coleções didáticas e paradidáticos.

dois candidatos com os maiores índices de rejeição do Brasil já mostram um momento de intensa polarização.

Mas e a cor vermelha? É verdade que ela é a cor do comunismo e que todos os países que tem vermelho na sua bandeira são países comunistas?

Esse pensamento a princípio parece ter algum fundamento pois o país maior símbolo do comunismo, a União Soviética tinha a sua bandeira totalmente vermelha, exceto a foice e martelo e a estrela. A China, maior país de orientação socialista nos dias de hoje igualmente traz em sua bandeira apenas o vermelho e estrelas amarelas. ...

Cuba, por sua vez, não mudou sua bandeira para algo apenas vermelho após a sua revolução socialista. Mantendo as listas brancas e azuis. Ao mesmo tempo a bandeira dos Estados Unidos e da França também carregam o vermelho e certamente ninguém aqui irá colocar sobre esses países a alcunha de comunista (penso eu já que parece que a percepção histórica de muitas pessoas anda meio sem nexos). Há ainda quem defenda que isso ocorre apenas porque a bandeira dos países citados não é primordialmente vermelha. A estes aconselho a pensar na bandeira do Japão. Primordialmente um círculo vermelho sobre o branco.

E se pensarmos no Japão imperial, então havia muito mais vermelho ainda na bandeira (e nada menos socialista que o Japão imperial). As bandeiras da Turquia e da

Pesquisa aponta que o professor quer aprender, mas não tem tempo

O Mapeamento “Profissão Professor” mostra que, na percepção de 69% dos professores brasileiros, dar mais oportunidades de qualificação aos docentes é a medida mais eficaz de valorização desses profissionais. A melhoria da remuneração aparece na segunda posição com 62%. Na mesma pesquisa foi constatado que somente 67% do tempo de aulas é usado para a atividade de ensino e aprendizagem.

São Paulo— Com mais de 2,2 milhões de docentes no país, a percepção é que a valorização do profissional da educação não está unicamente em garantir salários mais atrativos e planos de carreira, mas em um conjunto de estratégias que tem como o ponto central o apoio à formação continuada.

A pesquisa Profissão Professor—conduzida pelo movimento Todos pela Educação com mais de 2 mil professores brasileiros de educação básica e ensino médio, em junho de 2018, aponta que 69% dos educadores defendem que dar mais oportunidades de qualificação aos docentes que estão na ativa é a medida mais eficaz para a valorização da profissão pela sociedade.

Escutar os educadores nos debates públicos e nas decisões políticas educacionais foi apontado por 67% dos entrevistados como outra ação importante.

Em suma, a qualificação e escuta, na opinião dos professores, podem levar à valorização da atividade. Restaurar a autoridade frente aos alunos e pais e melhorar remuneração aparecem em segunda posição com, respectivamente, 64% e 62%.

Um outro dado mostrado pela pesquisa, reforça a percepção da importância dada aos temas que envolvem a formação do docente.

Os dados mostram que 82% valorizam o apoio ao conhecimento sobre didáticas específicas da disciplina; 81% o conhecimento prático sobre como planejar as aulas; 77% conhecimento sobre teorias de aprendizado (como o aluno aprende); e 78% conhecimento sobre gestão de sala de aula.

Estes dados demonstram que o professor quer aprender. Um dos maiores desafios é criar um ambiente propício para que esse aprendizado aconteça, sobretudo diante da escassez de tempo.

No Brasil, os docentes utilizam 12% da carga horária para administrar tarefas operacionais, como corrigir exercícios e provas, preencher listas e tabelas, elaborar e revisar planejamento e calcular notas.

Nas aulas, 20% do tempo é usado para manter a disciplina; e somente 67% é dedicado ao ensino e aprendizagem propriamente dita (OCDE).

Segundo Kamila Drequeceler, professora do Colégio Magister, é muito importante ter reuniões, palestras e cursos de formação continuada durante o ano. Essas atividades fazem com que o professor possa melhorar cada vez mais.

“A cultura de aprendizagem ativa é muito nova para o professor. Os docentes de hoje não foram formados nesse contexto. Quando eu era aluna, por exemplo, o tipo de aula era essencialmente expositiva. Então, atualmente, para dar uma aula com metodologia ativa que fuja do tradicional significa, para o professor, sair da zona de conforto”, afirma.

Paula Gonçalves, coordenadora do programa de Desenvolvimento de Metodologias Ativas da Geekie, salienta que os professores brasileiros têm alguns desafios para investir na educação continuada.

“Há o desafio do tempo disponível para investir no aprimoramento profissional e, muitas vezes, o custo envolvido”, afirma.

“No entanto, há uma série de cursos *online* e e-books gratuitos que auxiliam o educador nessa empreitada”. salienta Paula.

Ela indica alguns sites, que contam com conteúdos de qualidade disponíveis para o professor.

Capacitação on line gratuita

CURSOS:

1) *Curso online da Nova Escola e Instituto Inspirar e Competências Gerais da BNCC*
=> <https://novaescola.org.br/cursos/competencias-gerais-na-bncc/>

2) *Curso online da Fundação Lemann em parceria com o Instituto Península Ensino Híbrido: personalização e tecnologia*
=> <https://www.coursera.org/learn/ensino-hibrido#>

EBOOKS GRATUITOS

Boas práticas pedagógicas: mapeamento de estratégias de professores de escolas públicas que se destacam no Brasil -
=> <https://fundacaolemann.org.br/materiais/baixe-agora-boas-praticas-pedagogicas>

Pequeno glossário de inovação educacional
=> <http://materiais.geekie.com.br/ntr-pequeno-glossario-de-inovacao-educacional>

APRENDIZADO EM REDE

Fórum do educador no portal do MEC
=> <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/listarForuns.html>

Fórum da aprendizagem criativa no Brasil
=> <https://forum.aprendizagemcriativa.org/>



PROFESSOR:
Seu trabalho resultou em aprendizagem?

Mande sua sugestão de pauta:
jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br

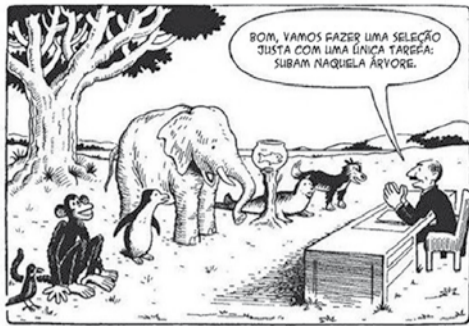
www.facebook.com/Jornal da Educação
www.jornaldaeducacao.inf.br

Escolas públicas podem pleitear do MEC dinheiro para projetos de acessibilidade

O Ministério da Educação publicou, no dia 22/10, a Resolução nº 20, novo documento que define as condições e prazos para a utilização de recursos financeiros do Programa Escola Acessível, a serem liberados ainda neste ano para escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da educação básica. O repasse dos recursos financeiros ocorrerá nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Com a medida, que revogou a Resolução nº19, o objetivo do ministério é realizar adequações arquitetônicas para favorecer a igualdade de condições de acesso nessas instituições de ensino a todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O novo documento também vai aprimorar a execução do programa por meio de alterações nos procedimentos de adesão e monitoramento da aplicação das verbas, acelerando os repasses e conclusão dos projetos.

Pela nova resolução, o processo de adesão ao Programa Escola Acessível será realizado em duas etapas: pelas secretarias municipais, estaduais e distrital de educação (Entidades Executoras - EEx), por meio do módulo Plano de Ações Articuladas do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (PAR-Simec), com a indicação das escolas que estarão habilitadas a aderir ao programa; e pelas Unidades Executoras (UEX) representati-



vas das escolas indicadas pelas EEx, por meio da elaboração do Plano de Atendimento do Programa Escola Acessível no PDDE Interativo.

O sistema esta aberto para os processos de adesão até 9 de novembro de 2018. Já o repasse dos recursos financeiros será efetivado após a elaboração do Plano de Atendimento do Programa no PDDE Interativo, realizado pelas escolas indicadas pelas secretarias de educação.

Programa - O Programa Escola Acessível é desenvolvido pela Secadi e articulado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao ministério. Os recursos financeiros são destinados a escolas públicas para ações de adequações arquitetônica e de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão, colocação de sinalização tátil e visual, aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e outros recursos de tecnologia assistiva.



Os campos de experiência na educação infantil

Por Julice Dias¹

Os campos de experiência, cujo arranjo curricular hoje compõe a Base Nacional Curricular Comum da Educação Infantil (BNCC), tomam como referência conceitual e metodológica a Pedagogia da Infância e a ideia central de que as crianças aprendem na e pela experiência, portanto, agindo e interagindo com o mundo físico e social.

Vêm na direção de superar uma lógica disciplinar na educação dos bebês, das crianças bem pequenas e pequenas. Sob a inspiração das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009), propõem que o trabalho pedagógico tome como unidade referencial a vida sociotária, a pluralidade das manifestações culturais, ancorados nas interações, brincadeira e diferentes linguagens.

Embora os campos de experiência tenham gerado discussões intensas entre pesquisadores, professores e gestores educacionais, há que se destacar que já no Parecer 20/2009 (BRASIL, CNE, CEB) que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, estava sinalizado que os currículos na Educação Infantil podem ser organizados por eixos, módulos de experiências ou centros, desde que estejam articulados aos princípios éticos, estéticos e políticos que orientam as propostas pedagógicas na Educação Básica.

Os campos de experiência se articulam com direitos de aprendizagem e desenvolvimento, quais sejam: o direito de conviver; de brincar, de participar, de explorar, de expressar e de conhecer-se.

Em nosso ponto de vista, os campos de experiência e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento desafiam os professores e professoras da Educação Infantil a realizarem o planejamento e a avaliação em contexto, na medida em que uma Pedagogia da Infância e da Educação Infantil toma como unidade básica do planejamento a criança e sua ação, a criança, seus interesses, suas hipóteses, suas descobertas, suas necessidades.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, esse planejamento em contexto ficaria estruturado então nos seguintes campos de experiência: "O eu, o outro, e o nós"; "Corpo, gestos e movimentos"; "Traços, sons, cores e formas"; "Escuta, fala, pensamento e imaginação"; "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações".

Nessa perspectiva educativa, o papel do professor de Educação Infantil seria de planejar, selecionar, organizar, mediar e intervir pedagogicamente no conjunto das interações e experiências, promovendo uma pluralidade de situações formativas em prol do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade e 11 meses.

Embora possamos considerar do ponto de vista curricular, que tal proposição seja

Os seis direitos das crianças

- Conviver
- Brincar
- Participar
- Explorar
- Expressar
- Conhecer-se

um salto qualitativo para a Educação Infantil brasileira, que a rigor, ainda luta para superar heranças da assistência científica, das ideias guardiãs, compensatórias e preparatórias na educação das crianças, consideramos que há questões merecedoras de crítica em relação à Base Nacional Comum Curricular e aos campos de experiência.

Nossa crítica incide sobre a concepção fundante da Base em definir de forma linear e ascendente os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por faixa etária. Em nosso entendimento, isso entra em profunda contradição com a própria definição de criança e pedagogia que o próprio documento define. Ainda, a identificação desses objetivos com códigos específicos, acende o alerta de que há por detrás de tal concepção um ideal de propor avaliações em larga escala na Educação Infantil, que num viés arbitrário e descontextualizado, avaliem as crianças e seu desempenho cognitivo, sem levar em conta aspectos estruturais da política educacional e do trabalho pedagógico.

Também merece destaque um dilema que vivemos desde a ampliação do Ensino Fundamental de nove anos, qual seja, a ausência de uma transição curricular entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Isso muito nos preocupa, na medida em que os textos da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental parecem indicar defesas conceituais e metodológicas para organização dos currículos que não dialogam entre si.

O debate em torno de como será feita a transposição desses conceitos e princípios para a concretude da ação educativa e do ato pedagógico para e com as crianças de pouca idade é o grande desafio que se coloca para a formação inicial e continuada de professores e professoras da Educação Infantil.

1- Professora do Departamento de Pedagogia da FAED/UEDESC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da FAED/UEDESC. Pesquisadora do GEDIN.

Norberto Dallabrida é professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UEDESC) e Coordenador do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina (OEMESC). E-mail: norbertodallabrida@gmail.com

Curso de Depilação

Dias 05, 12, 19, 26/11 e 03/12/2018
Toda Segunda-feira das 19h às 22h30min

Conteúdo programático:

- Introdução básica sobre depilação;
- Tipos de cera;
- Cuidados com o cliente e profissional;
- Demonstração de produto c/a prática demonstrativa de vários tipos de cera.

A quem se destina:

- Massoterapeutas, esteticistas, profissionais que atuam em clínicas, salão de beleza e pessoas que queiram aplicar a técnica.

Material necessário: Cera depilatória roll-on (refil), aparelho depilatório (aquecedor roll-on), papel depilatório, 01 espátula de madeira, silicone ou fibra, tesourinha, óleo pós-depilatório, gel calmante, loção pré-depilatória, pinça, 01 par de luvas de vinil, toalha, cera quente para panela.

IREI
O profissional que dá certo!
CURSOS TÉCNICOS

Em Jaraguá do Sul:
(47) 3017-9606
(47) 9.9213-4296
@institutoirei
jaraguadosul@irei.com.br
ireicursos tecnicos jaragua

Matriculas Abertas



Imagine que entramos numa máquina do tempo e voltamos para a época em que os primeiros bandos de homo sapiens começaram a se deslocar em solo africano. Observe que um desses nossos ancestrais, após um dia caçando búfalos e tigres, resolve descansar debaixo de uma árvore.

Seus olhos curiosos esquadrinham tudo a sua volta. Ele quer entender os fenômenos que acontecem diariamente na Natureza.

Imagina que existem seres invisíveis morando nas nuvens, nas montanhas, dentro de árvores e pedras, e que são eles os responsáveis pelas chuvas, raios, trovões, etc.

ma doença psíquica ou estão sob efeito de drogas. Mas pode haver outra explicação: a fé. Existem pessoas saudias, cultas, que acreditam em suas teofanias, e juram que a experiência foi real.

A ciência ainda debate o que pode ter levado o ser humano a acreditar em Deus, mas muitos estudiosos acreditam que o medo do desconhecido e a necessidade de dar uma explicação para os mistérios da vida, fez surgir na mente humana primitiva a crença de que espíritos invisíveis regiam todo o universo.

O biólogo evolucionário, Dr. David S.

A ORIGEM DA CRENÇA



Subitamente, esse nosso amigo acredita estar ouvindo as vozes dessas entidades. Ele não vê a hora de contar a novidade para seus irmãos. Ao encontrá-los, tenta convencê-los de que consegue falar com as entidades que regem o mundo, sabe o que elas desejam, o que gostam ou odeiam.

Alguns do bando parecem duvidar de suas conversas com os “grandes espíritos”, mas aos poucos ele conseguirá persuadir a maioria, de modo que em poucos dias, será nomeado líder do bando.

Senhoras e senhores, acabamos de conhecer o primeiro sacerdote da terra, o primeiro homem que ouve e fala com entidades sobrenaturais. A pergunta: o que o fez acreditar em seus poderes místicos? Seria ele um esquizofrênico? Teria ele ingerido alguma planta alucinógena?

Crentes que afirmam poder ver e falar com Deus, exceto aqueles que mentem para adquirir vantagens, geralmente têm algu-

Wilson, diz que “a religião representa uma espécie de mega-adaptação: um traço que veio a predominar por garantir vantagens àqueles que o possuem”.

Na teoria dele, os bandos que fossem unidos pela crença em um deus, eram mais coesos e por isso, tinham vantagens na luta pela sobrevivência contra grupos rivais que não tinham seus deuses. Assim, aqueles grupos de crentes tornavam-se mais fortes e populosos, enquanto os ateus iam desaparecendo.

Por isso, ao longo da história humana, o número de religiosos sempre foi maior que dos incrédulos. Desde o século 19, filósofos e estudiosos têm afirmado que com o avanço da ciência e dos saberes humanos, a crença religiosa irá se extinguir.

No entanto, ela continua firme e forte na maioria, mesmo entre os cultos. E isso pode ser um dos grandes mistérios da fé.

Fernando Bastos é escritor, ilustrador e artista plástico. Publicou dois livros: “Teofania” e “Crimes em nome de Deus”. E-mail: fernandoilustrador@gmail.com e Facebook: <https://www.facebook.com/fernandocesar.bastos>

Esqueletos humanos de mais de 5 mil anos são encontrados em Ilhota

No sítio arqueológico, Ilhota 2, escavado desde 2017, foram encontrados dois esqueletos humanos, datados em 5.880 anos.



quando a ser estudados, um primeiro trabalho sobre os esqueletos humanos encontrados foi apresentado no Evento Regional da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB-SUL) em Curitiba, no início de outubro.

Após a conclusão das análises, os relatórios serão encaminhados para publicação em revistas internacionais de arqueologia.

Análises do material encontrado nas escavações determinaram que os diferentes tipos de fauna encontrados no Ilhota 2, não foram depositados ao acaso, pois todo o entorno era uma planície de inundação de rio e justamente o monte onde se localizavam os esqueletos humanos, se sobressaía na paisagem.

Para o arqueólogo, Jedson Cerezer, a pesquisa auxilia o estudo entre o comportamento humano da época e o atual. “As dinâmicas econômicas são diferentes, mas o comportamento simbólico que acontecia lá talvez seja parecido com os nossos”, completou.

Como existem outros sambaquis no entorno do Ilhota 2, os pesquisadores tentarão correlacioná-los e entender como ocorreu a ocupação da região.

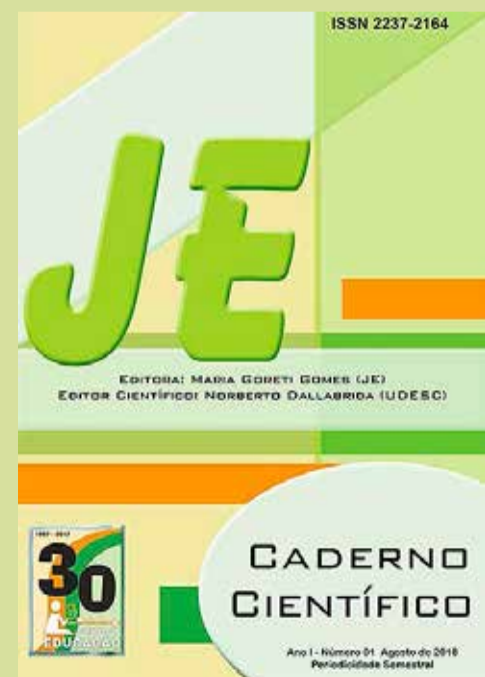
O biólogo, Thiago Torquato, destaca que uma das vertentes dos estudos dizem respeito ao sepultamento. “Pois este é um momento cheio de rituais para a humanidade. Em todas as culturas, o enterro de alguém, geralmente é um momento cercado de simbolismos”.

Envie seus artigos para o JE Caderno Científico

O JE Caderno Científico lançado em agosto de 2018 é a mais nova publicação do Jornal da Educação. Destinada a atender uma lacuna até então existente no país para publicações científicas do setor educacional, a segunda edição deve circular no primeiro semestre de 2019.

Professores em atuação na educação básica, pesquisadores e estudantes podem enviar seus relatos de experiências, resenhas, artigos científicos e de opinião para serem analisados pela comissão científica coordenada pelo professor Norberto Dallabrida.

Na primeira edição, foram publicados cinco artigos científicos, um relato de experiência e uma resenha.



Acesse - Leia - Divulgue!

www.jornaldaeducacao.inf.br/artigos-cientificos